

ESPECIAL



# UM PRESENTE PARA TODA A VIDA

O esforço pessoal de uma promotora, a filosofia de trabalho de um juiz da Infância e da Juventude e o fortalecimento da rede proteção se mostram eficazes na erradicação da violência e da negligência contra crianças e adolescentes em Farroupilha

ADRIANO DUARTE (textos)  
JUAN BARBOSA (fotos)

**Farroupilha** – Talvez na próxima década, quando as crianças de hoje passarem da adolescência à vida adulta, será possível medir os efeitos de uma revolução silenciosa que toma conta das ruas de Farroupilha. Ao mesmo tempo em que o crack dilacera famílias inteiras, especialmente na periferia, um grupo de homens e mulheres está empenhado em resgatar meninos e meninas da pobreza, da violência e da negligência para alçá-los a uma nova condição. O que se faz ali não é diferente de outras cidades, mas os esforços e os resultados obtidos tornam Farroupilha um exemplo para o país.

Liderados pela promotora de Justiça Cláudia Hendler Formolo Balbinot, assistentes sociais, médicos, enfermeiras, conselheiros tutelares,

policiais e agentes comunitários de saúde firmaram um pacto para romper o ciclo perpetuado por pais drogados, violentos ou negligentes.

Amparada pela lei, a rede de proteção resgata, em um ritmo impressionante, menores em situação de risco para colocá-los para adoção. Sem essa intervenção, provavelmente, a garotada trilharia o caminho errante dos pais e avós.

Em apenas três anos, pelo menos 90 meninos e meninas foram destituídos de suas famílias biológicas e adotados por famílias sadias e estruturadas. O número é impactante para uma cidade do porte de Farroupilha, com 63 mil habitantes. O trabalho avança por conta de alguns fatores que poderiam ser copiados por cidades maiores. Esse sistema só funciona porque tanto a promotora quanto o juiz da Infância e da Juventude Mário Maggioni não se isolam

nos gabinetes. Melhor: eles incentivam e dão respaldo aos profissionais da rede. Em alguns casos, é a própria promotora que vai às ruas buscar os pequenos. Em outros, é o juiz quem deixa a folga de lado para presidir uma audiência que possa preservar

“ **Trabalho é fruto de um pacto feito para romper ciclo de violência e negligência**

a integridade das crianças.

Um levantamento do Ministério Público (MP) indica que 90% das mães que perderam a tutela dos filhos entre 2009 e 2011 eram viciadas em crack. Invariavelmente, os filhos

viviam em moradias miseráveis, passavam fome ou dias seguidos sem a supervisão de adultos.

Em metade dos casos, a Justiça foi além e determinou a destituição de bebês ainda durante a gestação. Essa prática, vista como radical por alguns setores, se tornou rotineira para evitar a fuga de mães viciadas ou a morte de recém-nascidos por falta de acompanhamento médico.

A parceria entre assistência social e o poder judiciário também reduziu a fila de espera por adoção. Atualmente, em média, uma pessoa que se habilita na cidade conclui o processo em quatro meses. Em outros municípios, o trâmite pode levar mais de um ano. O grande diferencial é o estímulo para o acolhimento de crianças mais velhas, quase sempre relegadas a um segundo plano.

No Brasil, por exemplo, apenas 21 pessoas estão cadastrados para

adotar adolescentes na faixa dos 12 anos enquanto outras 9,2 mil demonstraram interesse por bebês, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça. Ciente dessa barreira, a promotora Cláudia e assistentes da Casa Lar Padre Oscar Bertholdo, o único abrigo de Farroupilha, buscam casais interessados por meio de telefonemas e da propaganda boca a boca. Atualmente, nove crianças e adolescentes aguardam uma nova família. Em anos anteriores, esse número beirava a 30.

A grandeza desses gestos pode ser mensurada em fatos concretos. Hoje, as crianças vivem em moradias dignas, estudam em bons colégios e recebem o amor que não tiveram na família biológica. Certamente, esses pequenos retribuirão com gratidão e carinho logo ali adiante. **SEGUIE**

adriano.duarte@pioneer.com  
juan.barbosa@pioneer.com